

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.527.536 - RJ (2019/0178403-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
AGRAVANTE : **OI MOVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **ANA TEREZA BASILIO - RJ074802**
 BRUNO DI MARINO - RJ093384
 FÁBIO COTECCHIA - RJ104005
 PATRIK NASTASITY MONDUCCI - RJ179726
 FELIPE DE OLIVEIRA GONÇALVES - RJ208187
AGRAVADO : **NCX TELECOM LTDA**
AGRAVADO : **GTX TELECOM COMERCIO DE TELEFONIA LTDA**
AGRAVADO : **NELSON VAZ NOGUEIRA**
AGRAVADO : **CESAR SAMPAIO DE MORAES**
AGRAVADO : **NCX PARTICIPACOES E CONSULTORIA LTDA**
ADVOGADO : **ROBERTO ROLAND RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR - RJ095203**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por TELEMAR NORTE LESTE S.A. e OI MÓVEL S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra decisão que negou seguimento ao recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. Processual civil. Agravo de instrumento contra decisão que indefere o pedido de limitação de litisconsórcio ativo. Feito originário com pedido de rescisão de contratos de franquia, sob a alegação de desequilíbrio econômico decorrente da alteração das políticas comerciais adotadas pelas ora agravantes, convergindo para o esgotamento financeiro das franqueadas ora recorridas. Polo ativo da demanda composto por: i) as duas pessoas jurídicas que efetivamente participam dos contratos de franquia, criadas unicamente para esse fim; ii) as duas pessoas físicas que integram o quadro social das sociedades do item anterior; e iii) a sociedade que funciona como holding das sociedades do item 'i' e cujos sócios são as pessoas físicas do item 'ii'. A complexidade do objeto da demanda é determinada unicamente pela coexistência das pessoas jurídicas do item 'i' no polo ativo, eis que uma delas tem quatorze pontos de venda no Estado do Rio de Janeiro; a outra, vinte e dois pontos de venda no Estado de São Paulo. Eventual reconhecimento de excesso de sujeitos no polo ativo que teria como consequência não a extinção do processo sem resolução de mérito, mas sim o desmembramento da relação processual com distribuição por dependência do novo processo instaurado com o sujeito excedente, em preservação ao princípio do juízo natural. Medida que, no contexto da sistemática inaugurada pelo NCPC não se afigura como a mais adequada para salvaguardar o direito de defesa da parte agravante com o menor sacrifício ao princípio da economia processual, corolário da diretriz constitucional de duração razoável do processo. Julgador que tem a incumbência de conduzir e, se o caso, flexibilizar o procedimento, de acordo com as vicissitudes da demanda. Possibilidade de dilação dos prazos para a

Superior Tribunal de Justiça

realização da perícia, bem como a manifestação das partes sobre o laudo. Juízo de origem que, ante a manifesta complexidade da matéria (análise de contratos relativos a trinta e seis distintos pontos de venda, situados nos estados de SP e RJ), tem a incumbência de conferir prazo razoável não apenas para a elaboração do laudo pericial, mas também para as partes se manifestarem sobre o laudo pericial, de modo a não caracterizar prejuízo para a defesa. A dilatação dos prazos relativos à instrução do feito é a medida que importa o menor sacrifício à diretriz de celeridade processual, quando comparada à possibilidade de desmembramento do processo. A colisão aparente entre os interesses – ambos de índole constitucional – de respeito à ampla defesa e razoável duração do processo se resolve por meio, não da limitação do litisconsórcio, mas sim da dilatação dos prazos processuais em atenção à complexidade da matéria, na forma do artigo 139, VI, do CPC/2015. DESPROVIMENTO DO RECURSO" (fls. 336/337 e-STJ).

Os embargos de declaração foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, os recorrentes apontam, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 113, 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Aduzem omissão no julgado.

Pleiteiam a necessidade de limitação do litisconsórcio facultativo ativo.

Com contrarrazões (fls. 453/468 e-STJ fl. 146), o recurso foi inadmitido na origem, razão pela qual adveio o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

O Ministério Público Federal, em seu parecer, opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 583/590 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

De início, registra-se, que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional e falta de fundamentação, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição, obscuridade ou erro material no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

Não se depreende dos autos a aludida ofensa ao art. 113 do CPC/2015, que assim dispõe:

Superior Tribunal de Justiça

"Art. 113. Duas ou mais pessoas podem litigar, no mesmo processo, em conjunto, ativa ou passivamente, quando:

I - entre elas houver comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide;

II - entre as causas houver conexão pelo pedido ou pela causa de pedir;

III - ocorrer afinidade de questões por um ponto comum de fato ou de direito".

Na hipótese vertente, as conclusões da Corte de origem resultaram da inteligência do parágrafo único da referido dispositivo legal:

"Parágrafo Único. O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, na fase de conhecimento, na liquidação de sentença ou na execução, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença".

Com efeito, o que se extrai dos autos é que o Tribunal de origem manteve inalterada a decisão do juízo singular, reconhecendo a necessidade de limitação do litisconsórcio facultativo, conclusão esta que resultou do exame dos elementos fático-probatórios dos autos, como se pode inferir às fls. 340/341 e-STJ.

Nesse contexto, denota-se que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, a teor do enunciado da Súmula nº 7 deste Superior Tribunal.

Registra-se, por fim, que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a", quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

Nesse sentido:

"Recurso Especial. Civil. Responsabilidade civil. Cirurgião e anestesiológista. Recurso com fundamento nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da CF. Reexame fático-probatório. Súmula 07/STJ. Incidência.

- A constatação de ter o médico cirurgião e o anestesista agido ou não com culpa no atendimento a paciente, nas modalidades negligência, imprudência ou imperícia, demanda necessariamente o reexame do conjunto fático-probatório da causa, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

- O reexame do conjunto fático-probatório da causa obsta a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a", quanto pela "c" do permissivo constitucional.

- Recurso especial não conhecido." (REsp 765.505/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/3/2006, DJ 20/3/2006 - grifou-se).

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e negar-lhe provimento.

Deixo de aplicar o artigo 85, § 11, do CPC/2015 pela ausência de prévia fixação na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

